

**IMPACTOS DA CENSURA À IMPRENSA DA CIDADE DA BAHIA NO PERÍODO  
PÓS-AI 5**

**IMPACTS OF PRESS CENSORSHIP IN THE CITY OF BAHIA IN THE POST-AI 5  
PERIOD**

Luciana Zacarias<sup>1</sup>  
Mônica Celestino<sup>2</sup>  
Victor Bugalho<sup>3</sup>

**RESUMO**

O artigo aborda a atuação de veículos da grande mídia impressa e de profissionais de jornalismo de Salvador (Bahia), durante o período de vigência do Estado Autoritário instaurado após o golpe civil-militar de 1964, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O trabalho revela aspectos da mudança na rotina e na organização do trabalho nas redações, durante os anos de chumbo, a partir de pesquisa em periódicos, de entrevistas e de pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Censura, grande imprensa, Salvador

**ABSTRACT**

The article discusses the performance of large print media and journalism professionals from Salvador (Bahia), during the period of validity of the Authoritarian State established after the civil-military coup of 1964, especially after the promulgation of Institutional Act nº 5 (AI-5). The work reveals aspects of the change in the routine and organization of work in newsrooms, during the lead years, from research in journals, interviews and bibliographic research.

**Keywords:** Censorship, mainstream press, Salvador

**INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Jornalista, graduada pelo Centro Universitário Social da Bahia – Unisba e participante do projeto de pesquisa “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.

<sup>2</sup> Jornalista, mestre e doutora em História pela Universidade Federal da Bahia, professora do Centro Universitário Social da Bahia – Unisba e coordenadora do projeto de pesquisa “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia – Memória de Jornalistas em Tempos de Ditadura”.

<sup>3</sup> Jornalista, graduado pela Faculdade Integrada da Bahia – Estácio FIB e participante do projeto de pesquisa “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia – Memória de Jornalistas em Tempos de Ditadura”.

Há ocorrências de censura à livre manifestação de pensamento, em especial, por meio de veículos de comunicação, no Brasil, desde o início do processo de colonização por Portugal no século XVI. Ao longo da História, alternaram-se momentos de liberdade e de admoestação. A depender do sistema de governo, do regime político e/ou dos gestores que ocupassem o poder, mudava a posição do Estado quanto à possibilidade de expressão e circulação de ideias na sociedade. Entre um momento histórico e outro, as formas de cerceamento e repreensão também modificavam.

Na República, o Brasil viveu dois longos períodos de controle do Estado – na gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) e na vigência do Estado Autoritário pós-golpe civil-militar de 1964. Ambos com *modus operandi* diversos, porém pautados por normas regulamentadoras, redes formadas por órgãos representantes do Estado e censores, perseguição a jornalistas e veículos, e intensa propaganda do regime.

Este *paper* discute a atuação da grande imprensa de Salvador (BA) durante o Estado Autoritário pós-1964<sup>4</sup>, sobretudo no período subsequente à sanção do Ato Institucional 5 pelo governo, em dezembro de 1968. Assim, lança luz sobre as táticas, as rotinas de produção e as relações profissionais de jornalistas de grandes jornais soteropolitanos na fase de intensificação da vigilância e da repressão da atividade jornalística, no transcurso do regime militar.

Trata-se de um registro dos resultados do projeto de pesquisa *Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia – memórias de jornalistas em tempos de ditadura*, desenvolvido dentro dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica do Centro Universitário da Bahia e da Faculdade Social da Bahia. Para a coleta de informações, fez-se entrevistas com oito jornalistas atuantes à época; pesquisa em periódicos com análise exploratória dos números dos três grandes veículos locais do período (*A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Jornal da Bahia*), publicados no dia da aprovação do Ato e, ainda, na semana que antecedeu e na semana que sucedeu a sanção; e pesquisa bibliográfica sobre o objeto, o contexto histórico e métodos científicos. Após o confronto e a interpretação das informações obtidas neste processo, elaborou-se o texto em si.

---

<sup>4</sup> Há divergências na historiografia em torno da terminologia mais adequada para o período vivido no Brasil de 1964 a 1985. Boris Fausto (2000) e outros autores acreditam que o Brasil teve uma ditadura, enquanto Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 207-211) e outros defendem que houve um Estado Autoritário, ou seja, uso da força externa para coerção dos dominados. Aquino afirma que esta fase estendeu-se por longo período, contrariando a acepção romana que classifica a ditadura como uma crise provisória nas instituições democráticas.

## REPRESSÃO NO BRASIL

Entre 31 de março e 1º de abril de 1964, o presidente da República, João Goulart, foi destituído por um golpe de Estado forjado por militares, que se desdobrou na manutenção de um Estado Autoritário entre 1964 e 1985 e contou, no princípio, com o respaldo de setores expressivos da sociedade, como a classe média, a elite econômica, a Igreja Católica e parte da mídia. O contexto era propício: as iniciativas de Goulart, como a Reforma de Base e Lei de Remessa de Lucros, desagradavam à elite, associada ao capital estrangeiro, e à classe média, que temia a “ameaça comunista”; e os Estados Unidos, conforme Mario Schmidt (2001, p. 320), financiavam ditaduras na América Latina.

Com a proposta de restabelecer a democracia, combater a corrupção e o comunismo, os militares, amparados por civis, puseram fim ao populismo e implementaram uma política baseada na maximização do Poder Executivo, na repressão contra seus opositores e em constantes interferências do Estado na economia. Investiu-se no desenvolvimento rápido, calcado no endividamento externo, na concentração de renda, no favorecimento de grandes grupos nacionais e internacionais, a despeito do sacrifício da maior parte da população; e desrespeitaram a liberdade individual.

A mídia teve suas atividades acompanhadas e controladas, inclusive por meio da atuação de censores indicados e legitimados pelo Estado dentro das redações. Cientes do impacto das informações sobre seus planos, os militares à frente do governo consideravam este um setor estratégico e dedicavam especial atenção tanto aos veículos de comunicação quanto a órgãos oficiais como o Serviço Nacional de Informações - SNI e suas ramificações estaduais.

Nos primeiros anos do regime, embora ocorressem casos de empastelamento de jornais e repreensão a empresas de comunicação e jornalistas, os cidadãos, quando presos, podiam requerer *habeas corpus* na Justiça, por exemplo. Contudo, a partir de 1967, o cenário mudou. Primeiro, uma nova Constituição Federal e a Lei de Imprensa foram promulgadas. No ano seguinte, em 13 de dezembro de 1968, o presidente Arthur da Costa e Silva estabeleceu o AI-5, considerado “o golpe dentro do golpe” por restringir liberdades e por não ter prazo de vigência (FAUSTO, 2000, p.480). Com ele, a censura foi legalizada e intensificada, afirma Boris Fausto (2000).

O Artigo 9 do AI-5 concedia ao presidente da República poder para suspender a liberdade de opinião, tornando a censura uma prática mais severa e sistemática, suspendeu o

direito ao *habeas corpus* a acusados de inúmeros crimes e tornou a repressão mais frequente (MATTOS, 2005, p. 117). O Ato teve suas determinações aplicáveis até 1978, quando ganhou força no Brasil a campanha pró-anistia de presos políticos, inclusive jornalistas.

Oficialmente, o AI-5 teria sido motivado pela crítica do deputado federal oposicionista Márcio Moreira Alves aos militares, sucedida de uma mobilização frustrada para sua cassação que teve como represálias a aprovação do Ato e o fechamento do Congresso Federal. Porém, de acordo com Sílvio Benevides (2006, p.57), o dispositivo seria uma contra-ofensiva às crescentes manifestações da oposição registradas em 1968.

À época, atos institucionais, leis e decretos davam caráter de legalidade às ações do governo. Reforçava-se a legalidade da repressão e ampliava-se o controle aos meios de comunicação com instrumentos como a Lei de Segurança Nacional, de 1969, que abrandava algumas penas, mas impunha aos transgressores outras formas de pressão, inclusive econômicas, como as multas e prisão por 12 anos (contra os seis anteriores); e a Lei de Imprensa, de 1967, que permitia ao Ministério da Justiça a apreensão de qualquer jornal ou revista avaliado como subversivo, sem necessidade de mandado judicial (MARCONI, 1980, p. 33). Com isso, buscava-se impedir que fossem divulgados fatos considerados desagradáveis e perturbadores, que comprometessem o ideal de tranquilidade e harmonia no tecido social ou maculassem a imagem do País.

A institucionalização do cerceamento da liberdade de expressão ocorreu com a sanção da Lei nº 4.483 de 16 de novembro de 1964 (depois, regulamentada pelo Decreto nº 56.510, de 28 de junho de 1965) (MATTOS, 2005, p. 115). Na prática, a admoestação começou imediatamente após a “Revolução”, pois diversos impressos tiveram suas sedes invadidas já na madrugada de 31 de março para 01 de abril. Alguns deles logo passaram a atuar sob crivo do censor, instalado na redação. Neste primeiro momento, até maio de 1969, a vigilância era feita pelo Exército e, depois, até junho de 1978, pelo Ministério da Justiça, através da Polícia Federal (AQUINO, 1999, p. 228).

Por determinação de prepostos do governo, jornalistas eram obrigados a editar textos, fotografias e ilustrações; a retirar conteúdos recriminados da página já diagramada; e até a suspender a impressão e distribuição de noticiários entre leitores. Por vezes, havia apreensão de edições já impressas e solicitação de envio do material produzido para aprovação prévia da Polícia Federal, cuja sede ficava em Brasília. As notificações do que deveria ser veiculado, silenciado ou distorcido chegavam via censores ou por bilhetes e telefonemas. Coexistiam censura prévia ou de circulação.

Diante do *modus operandi* do governo, as organizações jornalísticas acumulavam prejuízos. A submissão de matérias para análise prévia da Polícia, além de impedir qualquer tipo de negociação entre quem escrevia e quem censurava o texto, atrapalhava a rotina produtiva e provocava a perda da atualidade da notícia. O confisco de impressos, por sua vez, trazia danos financeiros.

Para sufocar as vozes destoantes, manipular a opinião pública e, por consequência, obter o consenso e a legitimidade da sociedade civil, o governo utilizava ainda outros expedientes: suspendia a divulgação de publicidade oficial pela empresa de comunicação que se manifestasse contra o sistema; coagia outros anunciantes a igualmente fazê-lo; empastelava jornais; e prendia e torturava jornalistas e seus familiares.

A imprensa alternativa<sup>5</sup>, em geral, era alvo de controle mais rígido e duradouro por ter estrutura e ideologia distintas da grande mídia, sem compromisso com grupos políticos e o mercado. Os “nânicos” faziam um jornalismo engajado e de cobertura abrangente, manifestando sua discordância em relação ao projeto pensado pelas Forças Armadas para o País. Nem os “sorbonnes” aprovaram o jornalismo alternativo. Contra eles, havia censura prévia. (AQUINO, 1999).

Grande parte dos veículos era passiva, ou então, optava pela omissão e/ou pela autocensura. “Para quem impõe a censura, isso é fantástico, porque ele dá o primeiro tapa, o primeiro cascudo e aí a pessoa pensa ‘já tomei o primeiro cascudo, então não quero tomar de novo’” (MARCONI, 1980 apud Nery, 2005, p. 68). O general Emílio Garrastazu Médici, tido como o mais truculento entre os cinco presidentes militares, confirmou a eficiência da estratégia governamental:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho (apud MATTOS, 2002, p. 103-104)

Entretanto, também havia resistência. Uma tática empregada era a provocação de estranhamento e desconfiança dos leitores em relação ao conteúdo publicado, sem instigar a atenção dos censores. Veiculava-se elementos insólitos (cartas fictícias de leitores permeadas

---

<sup>5</sup> Há controvérsias tanto com os critérios que definem e separam a imprensa alternativa da tradicional, quanto a data do surgimento daquela. Sabe-se, porém, que, na república, ela teve o esplendor entre o final da década de 60 e o início de 80. Entre os motivos que levou ao seu fim, pode-se citar o término da censura e, antes disso, as fortes perseguições protagonizadas por militares, que destruíam instalações gráficas e chegaram a lançar bombas em bancas que vendiam esse tipo de veículo. Tal terrorismo fez com que os jornalistas se negassem a vender periódicos alternativos, o que os levou a morte financeira, já que sobreviviam de vendas em bancas e assinaturas (AQUINO, 1999, p. 121,195).



de metáforas, anúncios com autopropaganda, colunas com textos sobre abuso de autoridade e arbitrariedades etc.) e espaços vazios, onde deveria estar o material censurado, para inquietar o público.

*O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, de propriedade da família Mesquita, publicavam respectivamente trechos de poemas como *Os Lusíadas*, de Camões, e receitas irreais de bolo. A revista *Veja*, da Editora Abril, veiculava a imagem de demônios, o logotipo da Editora ou ilustrações descontextualizadas. A *Tribuna da Imprensa*, fundada por Carlos Lacerda, deixava espaços em branco, dando um aviso claro de que sofrera censura. (AQUINO, 1999, p. 98-110, 223; MATTOS, 2005, p.123).

O *Jornal do Brasil*, cujo editor-chefe era Alberto Dines, já no dia seguinte à promulgação do AI-5, colocou uma série de mensagens metafóricas na primeira página – “Ontem, foi o dia dos cegos” (menção a 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, padroeira dos cegos, para provocar os patronos do golpe); e “Tempo Negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes (...)” – e imprimiu a fotografia de um homem alto, brigando e massacrando outro de estatura baixa suscitando a disputa entre dominador e dominados (AQUINO, 1999, p. 207). Logo depois, resignou-se e passou a aceitar as ordens militares. Carlos Lemos, então chefe de redação, diz que a filosofia “sempre foi a de não enfrentar a censura, para poder noticiar o máximo possível por vias indiretas”. (apud AQUINO, 1999, p. 223-224). Outros títulos contornavam os censores utilizando subterfúgios da linguagem para abordar os fatos censurados nas “entrelinhas”.

As táticas de oposição ganharam tom heroico ao longo da História por se constituírem como tentativas de resistência ao regime e gerarem a suspeita de censura, mas, na prática, tinham alcance limitado, por serem pontuais e dependerem do compartilhamento de repertório político e social entre jornalistas e leitores para permitirem a compreensão pela população do fenômeno que varria o País e surtirem o efeito desejado pelos veículos e profissionais de imprensa. Sobre isso, Sérgio Mattos (2005, p. 123-124) analisa:

O resultado dessa estratégia foi uma verdadeira catástrofe: tal mecanismo, considerado na época como uma “genialidade” para denunciar a censura a que a imprensa estava submetida, anos depois se evidenciou como um obstáculo para com a leitura de jornais e revistas da época, se decodificar o que se pretendia publicar, porque as palavras e expressões perderam ou mudaram o sentido, comprometendo seriamente o seu entendimento e exigindo dos pesquisadores uma tarefa insana para reconstituir a história contemporânea por meio da imprensa.

Ademais, nem todos periódicos ousaram resistir às ações do Estado Autoritário. Em geral, optaram pela prudência, preferiram a acomodação, para evitar prejuízos financeiros e

represálias a si e aos jornalistas. Havia casos de autocensura gerada por receio de retaliações dos próprios jornalistas ou por negociação entre o censor e o dono do veículo, na tentativa de evitar o confronto ou até de se aproximar de quem detinha o poder.

Na grande imprensa nacional, nem todos foram efetivamente atingidos pela mão firme dos censores. Dentre os alvos, estavam o *Estadão* e o *Jornal da Tarde*, ambos de São Paulo, que sofreram censura prévia entre 1972 e 1975. Aquino (1999), ao analisar o *Estadão*, nega uma possível contradição ou incoerência na postura do jornal, aprovando, inicialmente, o golpe e opondo-se depois, sobretudo após o AI-5. Sua linha ideológica baseada no liberalismo *lockeano* justifica o posicionamento: tanto João Goulart, o presidente deposto em 1964, quanto Costa e Silva, o autor do AI-5 em 1968, cometeram abusos que comprometiam os direitos naturais do homem e, portanto, deveriam sofrer oposição. De acordo com o filósofo John Locke, o poder do governante deve ser questionado em ocasiões como estas (AQUINO, 1999, p. 39).

O rigor da censura variava a depender da intensidade da resistência e da extensão das denúncias de cada veículo e também da conjuntura política e econômica do País. Era maior, por exemplo, quando ocorriam fatos políticos importantes, como eleições, porque o controle poderia ser determinante para o desfecho dos fatos. Como dois grupos alternavam-se no poder dentro das Forças Armadas – os Sorbonnes (flexíveis) e os linha-dura (radicais) –, ela mudava também conforme a corrente dominante em cada momento.

Os temas em foco eram diversos – e não somente políticos. Nos anos 1970, uma estudante do Colégio Nossa Senhora das Mercês (escola de freiras, tradicional em Salvador) foi “convidada”, através dos pais, a afastar-se da instituição por estar grávida. A matéria sobre o fato, feita por Paolo Marconi para a revista *Veja*, foi vetada pela Polícia Federal, a pedido de uma docente. Isso atesta a variada atuação da censura, que investia também contra temas que “atentassem contra a moral e os bons costumes” (apud NERY, 2005, p. 69).

## **O GOLPE NA BAHIA**

O afastamento de João Goulart agradou, em geral, à elite baiana. Os protagonistas da ação civil-militar de 1964 receberam moções de apoio, mensagens de congratulações e até bênção religiosa. Liderados pelo Cardeal Dom Augusto da Silva, arcebispo primaz do Brasil,

católicos fizeram a Marcha da Família com Deus pela Democracia, do Terreiro de Jesus ao Campo Grande, em agradecimento aos militares por “salvarem” o Brasil do comunismo (FERREIRA, p. 4-7).

O prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, apesar de ser da União Democrática Nacional, partido de oposição ao presidente, era favorável às reformas janguistas e logo foi destituído do posto, teve seus direitos políticos cassados, e foi preso pelo Exército. Para seu lugar, foi nomeado o ex-militante integralista Nelson Oliveira.

Como exceção, o governador Lomanto Júnior tentou reunir-se com sindicalistas, na sede do *Jornal da Bahia*, para organizar um movimento de sustentação do mandato de Jango. Mas, coagido pelo comandante da VI Região Militar do Exército, general Manoel Mendes Pereira, manifestou apoio ao golpe na TV, no dia 2 de abril de 1964, e substituiu secretários por nomes de confiança dos militares. Só manteve o mandato por influência de outro comandante, Justino Alves Bastos; e, de acordo com versão não-oficial, do Cardeal da Silva, que teria ameaçado renunciar ao cargo, para ser substituído pelo bispo Dom Hélder Câmara (principal inimigo do governo em Pernambuco), se houvesse sanção.

Na Bahia, logo no primeiro dia do novo regime, os militares impediram a circulação do *Jornal da Bahia* com a manchete “Levante armado contra o governo” e o manifesto de apoio de Lomanto Júnior ao presidente Jango, redigido por seu secretário de Justiça, o jornalista Jorge Calmon. A oficina gráfica do *JB* – o mais visado veículo impresso local, devido à sua linha progressista – foi invadida pelo capitão Everton Valadares para a suspensão da impressão, mas alguns exemplares haviam sido impressos e escondidos pelo linotipista. Por intervenção da direção, foram colocados quadros em branco no lugar dos textos censurados.

Às três e meia da madrugada de 13 de dezembro de 1968, o então governador, Luís Viana Filho, foi acordado, no Palácio de Ondina, pelo comandante da VI Região Militar, general Abdon Sena. Chegava a informação de que havia sido sancionado o AI-5. O anúncio surpreendeu os baianos e o Ato tornou-se uma ameaça à viabilidade do mandato de Viana, pois a administração central passava a interferir mais intensamente em sua gestão e determinava cortes insanáveis como a demissão do secretário de educação, Luís Navarro de Brito, seu braço direito (TAVARES, 2001, p.485-486).

Tal qual ocorreu com a população baiana, a reação da maior parte da imprensa ao Ato resume-se na seguinte frase: “No começo, todo mundo apoiou à Revolução” (BERBERT, 2008). Entre 1968 e 1978, a maioria dos veículos impressos baianos de destaque tinha sede no



Centro de Salvador e adjacências e linha editorial semelhante, caracterizando-se por assimilar as ordens impostas pelo regime, com raros momentos de insurgência.

Ao contrário da grande imprensa nacional, em especial do eixo Rio-São Paulo, que já previa o aumento da repressão pós-Ato através de seus editoriais, os principais jornais da Bahia procuravam evitar exposição. Assim, insistiam na cobertura superficial, reduzida e quase destinada, na sua totalidade, a banalidades e à versão oficial para as ações do governo. Conforme Argolo (2008), a lacuna deixada por matérias proibidas era preenchida com textos frios (não-factuais), de menor interesse público, que serviam como reserva para completar a edição diária. Vilalva (2008) afirma que *A Tarde* supria a falta com material enviado por agência de notícias ou poesias. Tal postura levou pessoas a irem ao aeroporto para ter acesso aos jornais dos outros estados, a fim de entender o que acontecia no País (FORTES, 1989, p.16).

Mesmo assim, havia tentativas – muitas vezes, isoladas – de alertar a população para a censura e atenuar seus efeitos. Em depoimento cedido à Isabela Nery (2005, p. 65-66), o jornalista Octacílio Fonseca conta casos em que driblava a censura e contestava a proibição, ao trocar as notícias ou fotos de editoria, como fez em *A Tarde*:

(...) Foi editada uma nova Lei de Segurança Nacional, aí quando eu cheguei na redação, fiquei sabendo que o tema estava proibido. (...) De repente, chegou uma notícia de Londres, sobre a greve dos lixeiros de lá. Me mandaram uma foto, com os garis derrubando lixo. Aí, bem no final da notícia da Lei de Segurança Nacional, eu botei a foto do lixo, com a legenda “um monte de lixo”.

Um dos primeiros protestos contrários ao AI-5 ocorreu no dia 16 de dezembro de 1968, quando o redator-chefe de *A Tarde* – principal veículo impresso do Estado e um dos mais importantes do Norte e Nordeste brasileiro –, Jorge Calmon, suspendeu temporariamente o editorial e o noticiário político do diário, justificando a decisão ao público através de uma nota. A postura de Calmon, que havia sido responsável pelo Departamento de Censura do Estado Novo (1937-1945) e, até então, acreditava que Costa e Silva foi coagido a assinar o Ato sob o risco de ser deposto, levou-lhe a ser convocado à VI Região Militar do Exército no mesmo dia, sob ameaça de prisão. A partir daí, tentaram impor censura prévia ao *A Tarde*, como já ocorria no *Jornal da Bahia* desde 1964, mas, no dia seguinte, o coronel Luís Arthur de Carvalho foi à redação para negar essa informação (FORTES, 1989, p.21).

Jornalistas de *A Tarde* negam terem sido censurados. “Não havia ameaça em *A Tarde*, apenas recomendações” (VILALVA, 2008). Considerado o maior diário da Bahia, o veículo fundado em 1912 era um decano da imprensa local, lido pela elite e por formadores de

opinião, e tinha uma política editorial conservadora e governista, que, conforme Vilalva (2008), sofria influência do Cardeal Da Silva.

Criado por Manoel Lopes Cardoso em 1875, o *Diário de Notícias* foi comprado, em 1942, pelo rico empreendedor da cadeia dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, e buscava superar *A Tarde*. O jornal privilegiava fatos nacionais e tinha uma postura a favor da “Revolução”, representada principalmente pela coluna política *Painel*, de Orlando Garcia. Com a manchete “Ato foi deliberação legal”, lançou editorial para justificar a implantação do AI-5 no dia seguinte ao seu lançamento. Sob direção do jornalista Odorico Tavares, expunha até mesmo cartas de militares em seu editorial.

Orlando Garcia apoiou explicitamente o governador Antonio Carlos Magalhães, em sua desavença com o *Jornal da Bahia* (GOMES apud NERY, 2005, p.31). ACM havia atuado como redator do jornal *Estado da Bahia*, outro órgão dos Diários Associados, e de debates da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o que, por si, já poderia gerar afinidade entre ele e as lideranças do *DN*, mas afastou-se do *Diário de Notícias* anos depois, de acordo com o jornalista político Samuel Celestino (2008).

Já o *Jornal da Bahia*, do ex-deputado federal pelo Partido Comunista João Falcão, foi criado em 1958, absorvendo parte da sua equipe de *O Momento*, periódico comunista que deixou de ser publicado no ano anterior, quando o partido caiu na clandestinidade. O *JB* era o único veículo local sem salvo-conduto (CERQUEIRA, 2008), devido à sua linha esquerdista e ao apoio explícito à política do presidente João Goulart.

Além da repressão governamental, o *JB* teria sido vítima de perseguição em razão da briga pessoal do seu redator-chefe, João Carlos Teixeira Gomes, o “Joca”, com o ex-prefeito e, depois, governador Antonio Carlos Magalhães, a partir de 1967. O governo federal buscava não interferir no caso, reconhecendo que aquela era mais uma rixa do político do que subversão do veículo. Essa luta rendeu uma histórica ação judicial pela Lei de Segurança Nacional contra Joca, o único jornalista baiano a sofrer um processo da Justiça Militar através do qual seria torturado e morto, se condenado. Jornalistas fizeram um abaixo-assinado em seu favor e ele foi absolvido. No documentário “Memória da Imprensa Baiana”, de Roberto Gaguinho (2005), diz-se que Jorge Calmon, com apoio de diretores de outros jornais, tentou ser um mediador, porém, ao constatar a impossibilidade, fez uma nota anunciando seu afastamento do caso.

Por sua vez, a *Tribuna da Bahia*, fundada em 1969 pelo empresário Elmano Silveira Castro, apresentava-se como um veículo inovador. Trouxe à Bahia novidades na paginação e

linguagem e foi precursora da impressão *off set* no Norte e Nordeste, destacando-se por adotar uma cartilha com orientação à equipe e contratar jovens universitários formados em um curso chamado *Escolinha TB*, porém, desde o nascedouro, já sob a égide do AI-5, decidiu não ter editoriais e investir na cobertura factual (MATTOS, 2008). Com redação dirigida pelo editor-chefe Quintino de Carvalho, tinha posição equilibrada inclusive no noticiário e nas colunas políticas, sem fazer oposição ostensiva ao governo.

## MORDAÇA BAIANA

A despeito da pouca resistência da imprensa de Salvador ao golpe e ao AI-5, a censura alterou a rotina dos veículos, as relações profissionais e a organização do trabalho dos jornalistas. De acordo com Fortes (1989), a repressão ocorria em três momentos.

No primeiro, até aproximadamente 1971<sup>6</sup>, as proibições quanto a notícias nacionais ou locais, em geral, saíam das Forças Armadas ou Polícia Federal, em protocolos timbrados. Prepostos dos órgãos oficiais de censura telefonavam ou remetiam telegrama aos jornais ou até iam às redações para fazer notificações ou apresentar *releases* (textos produzidos pela assessoria de comunicação de um órgão oficial) para reprodução.

Entregues diretamente ao redator-chefe, no final da tarde, antes do fechamento da edição do jornal, para distribuição entre seus editores, as comunicações comumente começavam com a expressão “De ordem superior” e terminavam com “Era o que me competia informar”, seguida da assinatura oficial. Em geral, todos os representantes das editorias deviam assinar uma cópia do documento de proibição, para provar que estavam cientes e atender às ordens, sob pena de prisão. O bilhete abaixo, com encaminhamento de um jornalista de *A Tarde*, comprova isso:

De ordem superior, fica terminantemente proibido a difusão de notícias referentes ao incidente havido com um “avião”, no dia de hoje, no Aeroporto Internacional do Galeão. Somente podendo ser difundida no Estado da Bahia, se autorizada por fonte oficial, (após confirmação da sua liberação junto à Polícia Federal – tel.2.01.92, Permanente. Dr. Humberto ou Cel. Luiz Artur)

Dr. Jorge,  
Passei recibo. Se sair a nota, serei preso.  
Britto Cunha, 1º de julho de 1970

---

<sup>6</sup> Em análise do arquivo de bilhetes coletados pelo advogado Afonso Maciel Neto (2008), percebe-se que esse caráter oficial estendeu-se até 1971.

Em algumas redações, o censor cumpria escala de trabalho e atuavam em meio aos jornalistas:

8h, 9h da noite chegava [ao *Jornal da Bahia*] o censor do Exército, chamado capitão Valadares. Ele tirava o paletó, colocava na cadeira, tirava uma pistola, botava do lado e censurava o jornal. Só que ele não entendia nada de jornal e muita coisa passava. Depois tornou-se muito amigo nosso, mas, de qualquer forma, era censura (VILALVA, 2008).

O medo, em geral, se impunha até pelo manuseio da arma, diante dos jornalistas. Os impressos que faziam o planejamento editorial e pauta, como *JB* e *TB*, em geral, passaram a evitar confronto direto e ostensivo com o governo militar nas projeções para as edições seguintes. Além de suprimir o editorial, *A Tarde* fazia com que o repórter levantasse pautas na rua com prioridade para temas desvinculados da situação política e social do País e atenuava o tom dos textos daqueles que “falhassem” na seleção de fontes e das informações e/ou na construção da narrativa (ARGOLO, 2008).

Com o tempo, parte dos jornalistas perdeu a noção do que era liberado e proibido pela censura do Estado e pela autocensura dos próprios jornais e se acostumou a esperar a ordem do dia para realizar seu trabalho. Em um cenário de perseguição, castigos psicológicos e físicos e medo, a autocensura mostrou-se o mecanismo de repressão mais efetivo para os profissionais e para os veículos impressos da capital baiana.

Em um segundo momento, na década de 1970, começaram a chegar às redações telefonemas anônimos ou bilhete sem timbre oficial ou assinatura, a qualquer hora, mesmo após o fechamento da edição diária. As comunicações oficiais, nesta fase, passaram a ser raras. Àquela altura, os censores já haviam concluído que não precisavam de aparatos oficiais, como assinaturas, para garantir o cumprimento das determinações. Nesta etapa, os assuntos políticos e de costumes vetados eram aleatórios e, por vezes, tão absurdos que não seriam pautados ainda que estivessem permitidos.

Com o acirramento da luta contra o regime e o fortalecimento de movimentos da guerrilha no início da década de 1970, houve o acirramento da crise política, a intensificação da repressão e a redução das justificativas oficiais para o bloqueio a temáticas de interesse público. Cresceu a tensão entre os jornalistas. A qualidade dos meios impressos ficou cada vez mais comprometida.

Em um terceiro momento, a partir de 1974, em paralelo ao cerceamento da liberdade de expressão e à imposição de conteúdo, os jornalistas passaram a lidar mais comumente com o cerceamento de ideias pelos próprios proprietários de periódicos, que, ressabiados com a

repressão ou ávidos por oportunidades comerciais com o governo, até se adiantavam ao regime e extrapolavam as proibições das autoridades.

Em meio à censura e também ao processo de reestruturação da imprensa soteropolitana para inserção no universo mercadológico e modernização das suas práticas e profissionalização, os empresários, por vezes, aproveitavam-se da situação para omitir ou distorcer fatos, de acordo com seus interesses políticos ou de costumes e suas conveniências econômicas (MARCONI, 1980, p.11).

Contraditoriamente, os órgãos de censura operavam como uma espécie de “rede de disseminação das informações proibidas”, pois, como o acesso aos fatos era limitado, muitas vezes, os jornalistas sabiam do acontecimento por meio do aviso do censor (MATTOS, 2008). Quando compreenderam isso, os militares a se cercaram de cuidados para que a imprensa não abordasse certos temas, nem mesmo positivamente, a fim de evitar sua difusão até entre os militantes de esquerda.

É notório que o impacto da repressão aos veículos da grande imprensa da capital baiana, vigente de 1964 a 1985, variava de acordo com a abrangência, a relevância e o posicionamento de cada um. As reações a ela também se diferenciavam. Uns preferiam a tranquilidade que o apoio ao regime asseverava. Outros se diziam independentes e ousavam resistir, mas somente de forma pontual e tímida. O enfrentamento pode ter ficado restrito aos “nanicos”, mas isto é tema de outro estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em Salvador, a censura trouxe danos ao trabalho da imprensa e violou o direito da sociedade de acesso à informação e à verdade dos fatos. Ainda hoje, esse efeito é sentido pela dificuldade em fazer uma reconstituição histórica da Cidade da Bahia no período de vigência do Estado Autoritário. O silenciamento e os subterfúgios adotados na época impedem ou, ao menos, atrapalham a compreensão de fatos desta fase.

Pairava a insatisfação entre os jornalistas, mas apenas alguns tentaram reagir. A grande mídia assimilou o novo regime militar, apesar de protagonizar episódios pontuais de resistência. Espelhava assim o comportamento da elite política e econômica da Bahia, Estado que era palco de movimentos reivindicatórios – sobretudo estudantis –, mas tinha sua elite, de certa forma, alinhada com dos donos do poder.



Ao menos, dois dos periódicos em circulação à época – *A Tarde* e *Diário de Notícias* – tinham experiência com cenários de exceção, por terem funcionado durante uma ditadura (*Estado Novo*), e, portanto, gozavam de condições para engendrar estratégias para o enfrentamento sistemático, caso desejassem. Não o fizeram. Ao contrário, mantiveram sua postura conservadora.

Com o processo de redemocratização do País e a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, inaugurou-se uma fase de liberdade de expressão no Brasil. Contudo, ficaram as marcas do longo período de censura oficial. Os motivos das práticas de admoestação em Salvador, durante o regime militar, podem ser mote de outro *paper*.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Brasília. 13 dez. 1968. Documento digital.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na Contramão do Poder – juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Anneblume, 2006.

BRITO CUNHA. Salvador, 1º jul. 1970. Acervo pessoal Afonso Maciel Neto. Bilhete. [28 fev. 2008].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Ato foi deliberação legal**. Salvador (BA), 14 dez. 1968.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da USP, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: < [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf) >. Acesso: [14 jul. 2007].

FORTES, Leandro. **A Censura na Imprensa baiana durante o Ato Institucional nº5**. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 1989. Monografia.

GAGUINHO, Roberto. **Memória da Imprensa Baiana – Jorge Calmon**. Salvador: Associação Baiana de Imprensa, 2005. 1DVD (80 min) som, color.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Baiana (1968-1978)**. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada – A História da Censura no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

NERY, Isabela. **Jornais da Bahia na Ditadura entre 1968-78** – depoimento dos jornalistas acerca da censura baiana. Salvador: Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2005. Monografia.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada**. São Paulo: Nova Geração, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001.

### **Depoimentos**

ARGOLO, Cidélia. **Cidélia Argolo**: depoimento [13 fev.2008]. Entrevistadores: Luciana Zacarias e Victor Bugalho. Salvador: Jornal da Bahia e Diário de Notícias. 1 audio WAV (79 min). Entrevista concedida ao Projeto “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.

BERBERT, José Augusto. **José Augusto Berbert**: depoimento [26 jan.2008]. Entrevistadores: Luciana Zacarias e Victor Bugalho. Salvador: A Tarde. 1 audio WAV (44min). Entrevista concedida ao Projeto “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.

CELESTINO, Samuel. **Samuel Celestino**: depoimento [4 mar.2008]. Entrevistadores: Luciana Zacarias e Victor Bugalho. Salvador: Jornal da Bahia e A Tarde. 1 audio WAV (56 min). Entrevista concedida ao Projeto “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.

CERQUEIRA, Nelson. **Nelson Cerqueira**: depoimento [12 mar.2008]. Entrevistadores: Luciana Zacarias e Victor Bugalho. Salvador: Jornal da Bahia e Diário de Notícias. 1 audio WAV (95 min). Entrevista concedida ao Projeto “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.

VILALVA, Geraldo. **Geraldo Vilalva**: depoimento [10 jan.2008]. Entrevistadores: Luciana Zacarias e Victor Bugalho. Salvador: Jornal da Bahia e A Tarde. 1 audio WAV (68 min). Entrevista concedida ao Projeto “Lembranças do Golpe Civil-Militar na Bahia: memória de jornalistas em tempos de ditadura”.